2023
Relatório e Contas

IMGA Dívida Pública Europeia
Fundo de Investimento Mobiliário Aberto

gestão de ativos
sgoic

Classificação
SFDR - Artº 8

ÍNDICE

Relatório de Gestão *2*

Nota Introdutória **3**

Síntese da Evolução dos Mercados **4**

Principais Eventos **7**

Desempenho dos Fundos de Obrigações **9**

Informação relativa à Gestão do Fundo **10**

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade **12**

Eventos Subsequentes **13**

Notas Informativas **14**

Anexos **18**

- Demonstrações Financeiras e Notas Anexas
- Divulgação Periódica ao Abrigo dos Regulamentos SFDR e Taxonomia
- Relatório de Auditoria

Relatório de Gestão

Nota Introdutória

O Fundo foi constituído em 22 de julho de 2013 como Fundo de Investimento Mobiliário Aberto, tendo em 2015 alterado a sua denominação de Millennium Global Bond Selection para IMGA Global Bond Selection, em linha com a alteração da denominação de todos os Fundos geridos pela IMGA, na sequência da aquisição da Millennium Gestão de Ativos ao Millennium bcp.

No sentido de aproximar a designação comercial à sua Política de Investimento e facilitar uma mais correta perceção do risco, alterou a sua denominação em 11 de janeiro de 2018, passando a denominar-se IMGA Dívida Pública Europeia.

A Categoria R de Unidades de participação deste Fundo passou a estar disponível para comercialização a partir de 1 de abril de 2021, tendo sido constituída a 3 de maio de 2021.

Síntese da Evolução dos Mercados

No início de 2023 a expetativa praticamente generalizada dos analistas era de uma recessão nas principais economias desenvolvidas, fruto do ciclo mais agressivo de subida de taxas diretoras desde os anos 80 e dos níveis ainda excessivos da inflação. Alguns dos principais indicadores de confiança encontravam-se em quebra e vários indicadores de atividade exibiam uma trajetória descendente. O pessimismo dos investidores era refletido num posicionamento defensivo, visível na exposição limitada aos ativos de risco, em particular ao mercado acionista.

Apesar da permanência da inflação em níveis elevados e de algumas surpresas em alta nos primeiros meses do ano, a perceção dos investidores ajustou-se a uma realidade em que a queda do preço das matérias-primas permitiria o retrocesso da inflação nos meses seguintes, de resiliência do mercado laboral das principais economias desenvolvidas, em que o efeito da reabertura económica no sector dos serviços não se havia ainda esgotado e a um processo de transmissão da política monetária para a economia real mais prolongado do que o esperado. Também a política orçamental contribuiu para um desempenho económico mais positivo do que o esperado em 2023.

A crise de confiança no sector bancário, em março de 2023, constituiu um dos momentos de maior volatilidade nos mercados financeiros, tendo originado, numa fase inicial, fortes quedas das taxas de juro, alimentadas por expetativas de cortes de taxas diretoras pelos bancos centrais, para contrariar o impacto negativo de uma potencial crise financeira. A resposta proativa dos bancos centrais, em particular da Reserva Federal dos EUA, viria a provar-se determinante para evitar uma espiral negativa, com implicações potencialmente globais, ao anunciar a garantia da totalidade dos depositantes dos bancos sob pressão e um mecanismo de cedência de liquidez ao sector bancário com condições vantajosas.

A trajetória das taxas de juro governamentais foi irregular no decorrer de 2023, decorrente da evolução das perspetivas de evolução da inflação e de atuação dos bancos centrais. Também o acréscimo das emissões de dívida pública nos EUA

constituiu um importante driver das taxas de juro de mercado ao longo do ano. Depois da forte subida das taxas de juro na Europa e nos EUA entre maio e meados de outubro, que conduziu as taxas de juro a 10 anos para máximos desde 2011 e 2007, respetivamente, seguiu-se uma inversão abrupta e agressiva de tendência, fruto da evolução mais favorável das métricas inflacionistas e da mensagem mais branda dos bancos centrais. A inversão referida permitiu uma queda de 55pb das taxas da Alemanha para 2,02% na taxa a 10 anos, e que a mesma taxa de juro dos EUA tenha encerrado o ano no mesmo nível em que iniciou 2023 (3,9%), o que culminou em valorizações de 7,1% do índice de dívida governamental dos EUA e de 3% do índice de dívida agregada dos EUA.

A incorporação de diferentes perfis de atuação dos bancos centrais e de desempenho económico significou movimentos diferenciados das taxas de juro nas diversas maturidades da dívida, com quedas mais acentuadas nos prazos intermédios (5 a 10 anos) nos EUA e na parte curta da curva no caso da dívida alemã (2 anos), embora em ambos os casos a curva de rendimentos tenha permanecido invertida no decorrer de 2023.

A trajetória descendente das taxas de juro foi transversal aos diferentes emitentes soberanos da Área do Euro, tendo-se inclusivamente assistido a estreitamentos do spread da dívida da periferia europeia face à Alemanha que superaram os alargamentos ocorridos no ano anterior.

A perceção de evolução mais favorável do que a esperada dos fundamentais foi determinante para o perfil de valorização das classes de maior risco. A queda dos custos de financiamento, o perfil controlado de incumprimentos e o desempenho económico mais benéfico do que o esperado permitiram estreitamentos dos spreads de crédito no cômputo anual, quer no segmento de melhor qualidade creditícia (-29pb) quer na dívida de *high yield* (-112pb) europeia, o que, a somar aos ganhos possibilitados pela componente de taxa de juro, significou valorizações de 8,2% e de 12,1%, respetivamente. Apesar das fortes desvalorizações em março, coincidentes com a falência do Credit Suísse, o índice de dívida subordinada do sector bancário europeu fechou o ano com uma valorização superior a 13%.

Os índices de dívida empresarial dos EUA estiveram igualmente em destaque pela positiva em 2023, com estreitamentos de spread de 31pb e de 146pb da dívida empresarial *investment grade* e de *high yield*, respetivamente, que possibilitaram valorizações de 5,8% e de 13,5% no ano.

O universo de dívida de mercados emergentes somou igualmente ganhos em 2023, com a dívida governamental e a dívida empresarial a registarem estreitamentos de spread que contribuíram para valorizações de 8,4% e de 7,85%, respetivamente. O índice de dívida de mercados emergentes em moeda local esteve entre os mais bem-sucedidos, com uma valorização superior a 11% no ano. Por outro lado, nota para o facto de a fragilidade económica da China, em particular do sector imobiliário, ter voltado a contribuir para o acréscimo de volatilidade no segmento de dívida de mercados emergentes.

A rendibilidade da generalidade das praças acionistas em 2023 foi amplamente positiva, fruto do crescimento dos resultados empresariais e da expansão de múltiplos ocorrida. À exceção de momentos isolados de acréscimo de volatilidade, imperou um ambiente de apetite pelo risco dos investidores, favorecido pelas surpresas económicas positivas e pela exposição relativamente diminuta à classe no início do ano.

A expectativa gerada em torno dos benefícios da aposta na inteligência artificial foi um dos principais drivers de performance da classe, em particular no primeiro semestre do ano. Com efeito, os títulos com maior associação a este tema estiveram entre os que registaram os maiores ganhos anuais, o que impulsionou o índice de tecnológicas Nasdaq (+43,4% no ano) e os índices de ações dos EUA em termos agregados (com o S&P500 a valorizar 24,2%). Os sectores de media (24%), construção (30,6%), tecnologia (31,7%) e de

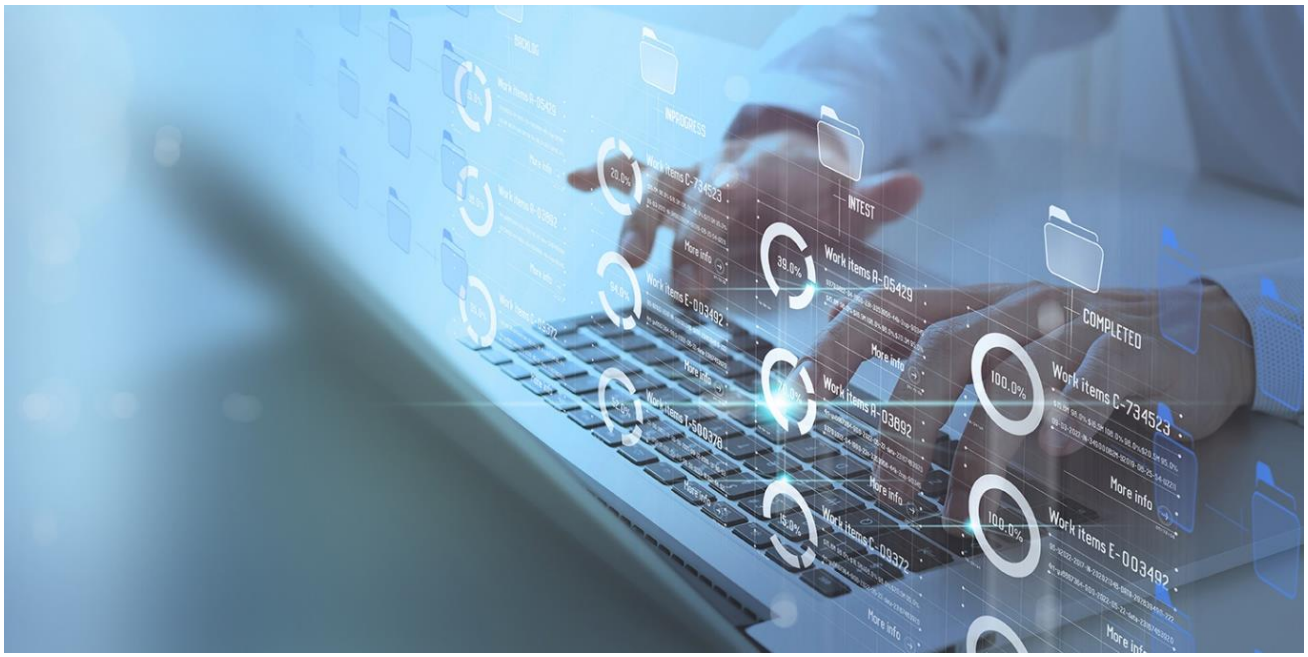
retalho (34,4%) estiveram entre os que mais valorizaram.

Na Europa, o perfil de rendibilidades foi algo díspar, com valorizações mais modestas dos índices britânico FTSE 100 (+3,8%) e suíço (+3,8%), fruto do respetivo enviesamento sectorial mais *value*, e ganhos mais acentuados dos índices alemão (+20,3%), espanhol (+22,8%) e italiano (+28,0%), reflexo da natureza mais cíclica e da reversão dos efeitos da crise energética na região.

Nas restantes regiões, o principal destaque pela positiva foi a valorização das praças acionistas japonesas, com uma valorização superior a 28% do Nikkei, o qual beneficiou amplamente da forte desvalorização do iene. Em oposição, e apesar do processo mais célere do que o esperado de reabertura económica da China, o respetivo índice acionista voltou a estar pressionado, com uma correção de 12,5% do índice de cariz mais doméstico, o China A Shares. Em termos agregados, o índice MSCI World valorizou cerca de 22% em 2023.

A incorporação de expectativas de cortes algo pronunciados de taxas diretoras dos EUA, da Área do Euro e do Reino Unido nos últimos dois meses do ano alterou significativamente o perfil de valorização das respetivas divisas no cômputo anual. A forte queda das taxas de juro dos EUA originou uma desvalorização de 5% do dólar desde os máximos de setembro até ao final de 2023, o que contribuiu decisivamente para a perda anual de 2,1% do cabaz de divisas que engloba os principais parceiros comerciais dos EUA. Por outro lado, depois de dois anos consecutivos de desvalorização, o euro ganhou terreno contra o dólar dos EUA (+3,1%), tendo em termos agregados valorizado 3,4% contra os principais parceiros comerciais da região. Em oposição, a política monetária ultra-acomodatícia do Banco Central do Japão, profundamente contrastante com as restantes economias desenvolvidas, esteve na origem do terceiro ano consecutivo de depreciação da divisa contra o dólar dos EUA, tendo atingido no período a cotação mais baixa desde 1990.

O desempenho do cabaz de matérias-primas foi negativo em 2023 (-12,6%), não obstante a trajetória descendente do dólar. Os metais industriais e os bens energéticos estiveram em destaque pela negativa, em oposição aos desempenhos globalmente favoráveis dos metais preciosos e de vários bens do segmento alimentar.



Principais Eventos

CONSTITUIÇÃO DE NOVOS FUNDOS E CATEGORIAS DE UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO:

Categoria R - IMGA Iberia Equities ESG e IMGA Alocação Defensiva

A 4 de janeiro de 2023 foi constituída a Categoria R para os fundos IMGA Iberia Equities ESG e IMGA Alocação Defensiva.

Categoria I - IMGA Liquidez

A 28 de fevereiro de 2023 foi constituída a Categoria I para o fundo IMGA Liquidez.

Fundo IMGA PME Flex

A 2 de janeiro de 2023 o fundo IMGA PME Flex iniciou a sua atividade, com a constituição da categoria I.

Fundo IMGA Financial Bonds 3Y, 2,25%, Série I

O Fundo IMGA Financial Bonds 3Y, 2,25%, Série I, fundo aberto de duração limitada, começou a sua comercialização a 2 de janeiro de 2023, tendo iniciado atividade a 1 de fevereiro, com a constituição da Categoria A.

Fundo IMGA Financial Bonds 3,5 Y

O fundo IMGA Financial Bonds 3,5Y começou a sua comercialização a 20 de março de 2023, tendo iniciado atividade a 1 de junho, com a constituição da Categoria A.

Fundo IMGA Obrigações Globais Euro 2024 – 1ª Série

A 3 de julho foi iniciada a comercialização do fundo IMGA Obrigações Globais Euro 2024 – 1ª Serie, fundo aberto de duração limitada, tendo sido constituído a 1 de setembro.

Fundo IMGA Obrigações Globais Euro 2025 – 2ª Serie

A 16 de outubro foi iniciada a comercialização do fundo IMGA Obrigações Globais Euro 2025 – 2ª Serie, fundo aberto de duração limitada, tendo sido constituído a 4 de dezembro.

PRÉMIOS ATRIBUÍDOS AOS FUNDOS IMGA

Em março de 2023, seis fundos da IMGA - Ações Portugal, Alocação Conservadora, Alocação Moderada, Poupança PPR, Rendimento Mais e Rendimento Semestral - foram galardoados pelo Rating FundsPeople 2023, com a classificação B de Blockbuster.

O IMGA Rendimento Mais e o IMGA Rendimento Semestral receberam esta distinção pelo quarto ano consecutivo. A classificação B de Blockbuster é atribuída aos fundos que no final do ano anterior contavam com um volume significativo de ativos em Portugal.

Na edição de 2023 dos "Prémios Melhores Fundos Jornal de Negócios/APFIPP", que decorreu no mês de maio, o IMGA Ações América foi distinguido como melhor fundo na categoria "OIC de Ações Americanas".

ATUALIZAÇÕES DOS DOCUMENTOS CONSTITUTIVOS DOS FUNDOS GERIDOS PELA SOCIEDADE

A 17 de fevereiro de 2023 foi concluído o processo da 1ª atualização anual dos Prospetos de toda a oferta de fundos de investimento mobiliário da IMGA.

A 9 de março foram alterados os Prospetos dos Fundos de investimento mobiliário, com a inclusão

de um anexo com informações relacionadas com a sustentabilidade e no âmbito da transparência dos investimentos sustentáveis na divulgação de informações pré-contratuais, tal como previsto no Regulamento Delegado (EU) 2023/363.

A 15 de maio foi concluída a 2ª atualização anual obrigatória dos documentos constitutivos dos fundos, com a Taxa de Encargos Correntes (TEC) atualizada com referência ao ano de 2022.

A 13 de julho foram alterados os Prospetos dos diversos fundos geridos pela sociedade, com uma maior desagregação dos componentes da TEC.

A 28 de agosto, decorrente da entrada em vigor do novo Regime da Gestão de Ativos, foram alterados os documentos constitutivos dos Fundos de Capital de Risco, com a alteração da denominação dos mesmos.

A 24 de novembro foram publicadas as novas versões dos documentos constitutivos dos fundos, no âmbito do processo de adaptação ao novo Regime da Gestão de Ativos (RGA).

PUBLICAÇÃO DOS RELATÓRIOS E CONTAS DOS FUNDOS GERIDOS PELA SOCIEDADE

A 28 de abril e 31 de agosto de 2023 foram publicados, no sítio da CMVM, os Relatórios e Contas anuais e semestrais, respetivamente, dos fundos IMGA.

COMERCIALIZAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA DOS FUNDOS IMGA

No âmbito da comercialização transfronteiriça, e na sequência do registo que já havia sido feito em 2022 para um conjunto de fundos, foi adicionalmente efetuado em 2023 o registo do fundo IMGA Ações Portugal para comercialização em Espanha.

INFORMAÇÕES RELACIONADAS COM A SUSTENTABILIDADE

No primeiro trimestre de 2023 foram publicadas atualizações no website da Sociedade Gestora relativas à Política de Sustentabilidade adotada e ao documento "Informações Relacionadas com Sustentabilidade", com a inclusão de um ponto sobre diligência devida e uma síntese da política de envolvimento.

A 30 de junho foi igualmente publicada a "Declaração relativa aos principais impactos negativos das decisões de investimento sobre os fatores de sustentabilidade", relativa ao ano 2022.

ALTERAÇÃO DO CONSELHO FISCAL

Em outubro de 2023, na sequência da autorização da CMVM, iniciou funções como membro do Conselho Fiscal da Sociedade, o Dr. António dos Santos Lindeza.

ONE KAPITAL – FUNDO DE CAPITAL DE RISCO FECHADO

A 21 de dezembro iniciou atividade o Fundo de Capital de Risco One Kapital.

FUTURUM TECH – FUNDO DE CAPITAL DE RISCO FECHADO

A 29 de dezembro foi registado junto da CMVM o Fundo de Capital de Risco Futurum Tech.

LIQUIDAÇÃO DE FUNDO DE CAPITAL RISCO

A 29 de dezembro de 2023 foi liquidado o fundo Almond Tree Private Equity Fund – Fundo de Capital de Risco Fechado.

Desempenho dos Fundos de Obrigações

Os fundos de obrigações recuperaram em 2023 boa parte das perdas registadas no passado devido à forte subida de taxa de juro promovida pelos bancos centrais, com o objetivo de conter a escalada da inflação. As *yields* a médio e longo prazo registaram uma descida ao longo do ano, dando suporte à rendibilidade destes fundos de investimento.

Em Portugal, esta categoria de fundos apresentou um forte crescimento por duas vias: vendas líquidas positivas (€408M) e efeito de mercado positivo (€130M), o que contribuiu para que encerrasse o ano com um volume sob gestão de €3.337M, representativos de um crescimento de 19% relativamente a 2022.

Na IMGA, os fundos de obrigações acompanharam a tendência, com vendas líquidas positivas de €160M e uma valorização via efeito de mercado de €33M, registando um total de ativos sob gestão de €869M no final de 2023, um aumento de 29% face ao período homólogo.

Uma parte significativa deste crescimento resultou da iniciativa de constituição de um conjunto de fundos de prazo definido lançados no decorrer do ano (IMGA Financial Bonds 3y 2,25% Serie I Cat A, IMGA Financial Bonds 3,5 Y Cat A, IMGA Obrigações Globais Euro 2024 Serie I Cat A e o IMGA Obrigações Globais Euro 2025 Serie Ii Cat A) cujas vendas ascenderam a €243M.

A rendibilidade anual nesta categoria variou entre 4,3% no fundo IMGA Euro Taxa Variável Cat A e 7,2% no fundo IMGA Ibéria Fixed Income Cat I, evidenciando uma boa performance face a anos anteriores.

No final de 2023 os fundos de obrigações representavam aproximadamente 21% dos ativos sob gestão na IMGA.

FUNDOS DE OBRIGAÇÕES	1 ANO			3 ANOS			5 ANOS		
	Rend. Anual.	Risco Volatilidade	Classe	Rend. Anual.	Risco Volatilidade	Classe	Rend. Anual.	Risco Volatilidade	Classe
IMGA EURO TAXA VARIÁVEL CAT A	4,33%	1,05%	2	0,01%	1,05%	2	0,48%	1,49%	2
IMGA EURO TAXA VARIÁVEL CAT R	4,33%	1,05%	2	-0.01% (*)	1,05%	2	0.46% (*)	1,49%	2
CA RENDIMENTO	4,62%	1,19%	2	-0,33%	1,29%	2	0,27%	1,98%	2
IMGA RENDIMENTO SEMESTRAL CAT A	5,04%	1,49%	2	-0,91%	1,84%	2	0,10%	2,36%	3
IMGA RENDIMENTO SEMESTRAL CAT R	5,02%	1,50%	2	-0.82% (*)	1,84%	2	0.15% (*)	2,36%	3
IMGA DÍVIDA PÚBLICA EUROPEIA CAT A	6,21%	4,19%	3	-3,86%	4,16%	3	-0,34%	4,31%	3
IMGA DÍVIDA PÚBLICA EUROPEIA CAT R	6,30%	4,20%	3	-3.78% (*)	4,16%	3	-0.28% (*)	4,31%	3
IMGA IBERIA FIXED INCOME ESG CAT A	6,78%	3,87%	3	-2,16%	3,59%	3	-0,19%	4,49%	3
IMGA IBERIA FIXED INCOME ESG CAT I	7,23%	3,87%	3	-1.75% (*)	3,59%	3	0.23% (*)	4,49%	3
IMGA IBERIA FIXED INCOME ESG CAT R	6,96%	3,88%	3	-2.06% (*)	3,59%	3	-0.13% (*)	4,49%	3
IMGA RENDIMENTO MAIS	6,42%	3,06%	3	-1,69%	3,18%	3	-0,34%	3,42%	3
IMGA FINANCIAL BONDS 3Y 2,25% SERIE I CAT A	-	-	-	-	-	-	-	-	-
IMGA FINANCIAL BONDS 3,5 Y CAT A	-	-	-	-	-	-	-	-	-
IMGA OBRIGAÇÕES GLOBAIS EURO 2024 SERIE I CAT A	-	-	-	-	-	-	-	-	-
IMGA OBRIGAÇÕES GLOBAIS EURO 2025 2ª SERIE CAT A	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Os fundos IMGA Financial e Obrigações Globais iniciaram atividade em 2023.
(*) considera cotações calculadas com base no desempenho histórico da Categoria A
Fonte: IMGA

Informação relativa à Gestão do Fundo

O ano de 2023 foi caracterizado pela continuação do conflito militar entre a Rússia e Ucrânia, pelas pressões inflacionistas elevadas nos EUA e na Europa, que se tornaram persistentes, e pela consequente intervenção expressiva dos bancos centrais através do aumento significativo das taxas de juro e redução dos programas de estímulos à economia.

Os dados macroeconómicos sobre o emprego, consumo, atividade económica e a pressão salarial continuaram a suportar a robustez das economias dos EUA e da Europa, apesar do abrandamento da economia evidenciado por alguns indicadores económicos.

A crise de liquidez verificada nos bancos regionais norte-americanos, que contribuiu para a resolução do banco Credit Suisse, teve um efeito temporário na redução das taxas de juro e aumento da aversão ao risco, tendo sido rapidamente solucionada pelos reguladores, permitindo a normalização dos mercados financeiros.

Adicionalmente, a China abandonou a política limitada de combate à pandemia (Covid zero), contribuindo para o crescimento económico global, embora a um ritmo inferior ao esperado.

As taxas de juro na Europa e nos EUA subiram bastante no curto prazo, tendo o longo prazo registado uma ligeira diminuição, com a curva temporal a agravar substancialmente a inversão devido aos receios de uma recessão económica eminente. No entanto, na parte final do ano este movimento de subida das taxas de juro foi totalmente revertido, tanto nos EUA como na Europa, devido às perspetivas de um abrandamento económico significativo com impacto positivo na inflação e consequente possível intervenção dos bancos centrais através de políticas monetárias expansionistas.

No mercado obrigacionista de dívida privada, os acontecimentos descritos anteriormente tiveram impacto positivo no segmento *Investment Grade* e *High Yield* devido ao aumento da procura de ativos de risco, tendo os spreads estreitado na

generalidade. Os spreads atuais de crédito já incorporam muitos dos riscos acima mencionados, nomeadamente o cenário de estagflação e recessão económica.

Durante o ano houve um aumento significativo das emissões de dívida privada no mercado primário, com o nível de liquidez do mercado de obrigações de crédito também a aumentar.

Neste contexto, a estratégia prosseguida na gestão do Fundo IMGA Dívida Pública Europeia durante 2023 assentou numa gestão ativa do risco de taxa de juro da Alemanha e do risco de crédito soberano da Europa Periférica, tendo em conta a dimensão dos conflitos militares entre a Rússia e a Ucrânia e no Médio Oriente, a manutenção da inflação em níveis elevados, o aumento das taxas de juro de referência e a retirada dos estímulos das políticas fiscais e monetárias não convencionais pelos governos e bancos centrais. Devido à volatilidade das taxas de juro no médio e longo prazo, o Fundo geriu de forma conservadora a sua exposição a Portugal, Espanha e Itália, procurando assegurar progressivamente o reinvestimento no risco de taxa de juro e no risco de crédito soberano a remunerações mais atrativas e em maturidades de curto e médio prazo.

Com os dados macroeconómicos nos EUA e na Europa a apontarem para um cenário de inflação persistente e os bancos centrais dos dois blocos a realizarem subidas das taxas de juro de referência, o Fundo manteve os seus níveis de duração core reduzidos durante o ano 2023, com coberturas parciais do risco de taxa de juro e através de investimentos em maturidades mais curtas.

Adicionalmente, devido ao anúncio do fim do programa de compras de dívida pública do BCE, o investimento centralizado em dívida pública periférica foi mantido a níveis inferiores e maturidades mais curtas devido aos receios de um potencial alargamento das curvas dos spreads dos soberanos periféricos. O investimento em dívida pública core, nomeadamente dívida da União Europeia, assumiu uma maior importância estratégica na gestão e a manutenção da duração a níveis mais reduzidos acabou por ter impacto menos positivo na performance do Fundo durante o ano.

O desempenho do Fundo em 2023 foi influenciado pela evolução dos prémios de risco de crédito soberano da Europa Periférica, nomeadamente Portugal, Espanha e Itália, e pela volatilidade das taxas de juro.

A participação ativa no mercado primário de obrigações de governos para captar o prémio de risco e a sua monetização em mercado secundário foi ajustada para níveis mais baixos devido à volatilidade das taxas de juro.

A categoria A do IMGA Dívida Pública Europeia apresentou, no final de 2023, uma rendibilidade a 1 ano de 6,2%, tendo atingido um valor líquido global de €10,6M, inferior em 6% face aos €11,2M de dezembro de 2022. Desde o início do ano, esta categoria registou vendas líquidas negativas de €1,3M, com subscrições de €0,1M e resgates de €1,4M.

A categoria R do Fundo, apresentava uma rendibilidade de 6,3%, no final do ano, com um valor sob gestão pouco significativo.

Sendo um fundo de capitalização, não procedeu à distribuição de rendimentos.

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Em cumprimento do estipulado pelas alíneas b) e c) da secção 6 do Anexo IV do Regime da Gestão de Ativos (RGA), apresenta-se, de seguida, o montante total das remunerações pagas pela entidade responsável pela gestão aos seus colaboradores e o montante agregado da remuneração dos membros dos órgãos de gestão e fiscalização (valores em euros):

REMUNERAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2023			
ÓRGÃOS DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO	**RENDIMENTO FIXO**	**RENDIMENTO VARIÁVEL**	**NÚMERO A 31/12/2023**
COMISSÃO EXECUTIVA			
Presidente e Administradores	358.566	172.748	3
Administradores independentes	41.520	-	1
CONSELHO FISCAL			
Presidente e vogais	32.670	-	4
COLABORADORES	**RENDIMENTO FIXO**	**RENDIMENTO VARIÁVEL**	**NÚMERO A 31/12/2023**
Colaboradores	2.011.578	269.877	43

Nos termos da Lei e conforme previsto no n.º 1 do art.º 20º dos Estatutos, o modelo de fiscalização da Sociedade compreende ainda um Revisor Oficial de Contas, ou uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, que não seja membro do Conselho Fiscal, a quem foram pagos €11.808 pelos serviços durante o ano de 2023.

Sem prejuízo da competência do Conselho Fiscal e do Revisor Oficial de Contas, ou da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, conforme previsto no n.º 1 do art.º 21º dos Estatutos, a Assembleia Geral designou um auditor externo para a verificação das contas da Sociedade, a quem foram pagos €35.978 pelos serviços prestados nesse âmbito.

Em 2023 não foram pagos quaisquer valores referentes a indemnizações por cessação de contrato de trabalho.

No início de cada ano, com base no Relatório de Avaliação da Execução da Política de Remunerações, da responsabilidade do Comité de Remunerações, o Conselho Fiscal produz um Relatório anual sobre a Política de Remunerações, onde descreve os aspetos e conclusões relevantes que fundamentam o respetivo parecer acerca da avaliação do grau de execução da Política de Remunerações em vigor na Sociedade ao longo do exercício anterior.

Relativamente a 2023, não foi identificada qualquer irregularidade ou inconsistência no modo como as remunerações e outros benefícios foram calculados, nem foram introduzidas quaisquer alterações significativas à Política de Remunerações em vigor.

Eventos Subsequentes

A 10 de janeiro de 2024 foram publicados novos documentos constitutivos do Fundo IMGA PME Flex, com uma clarificação relativamente ao universo de investimento do Fundo.

A 31 de janeiro de 2024 foi incluída, nos documentos constitutivos dos Fundos, uma menção na Política de Investimento, clarificando a natureza de gestão ativa dos Fundos. Na mesma data, e para um conjunto de 18 Fundos, foi incluído o BNI Europa como nova entidade comercializadora.

A 7 de fevereiro de 2024 foi iniciada a comercialização das categorias P e R do fundo IMGA Portuguese Corporate Debt e a inclusão do Banco Bison como entidade comercializadora dessas categorias. Foi também incluída a menção com a clarificação quanto à gestão ativa do Fundo.

A 22 de março de 2024 foi constituída a categoria I do Fundo IMGA Euro Taxa Variável.

A 10 de abril de 2024 foi iniciada a comercialização da categoria I do fundo IMGA Portuguese Corporate Debt, tendo sido constituída a 12 de abril de 2024.

A 23 de abril de 2024 foi comunicada à CMVM a inclusão do Banco Atlântico Europa como entidade comercializadora dos Fundos IMGA.

Notas Informativas

Fundo de Investimento Mobiliário Aberto

IMGA Dívida Pública Europeia

Elementos Identificativos

Tipo de Fundo: Fundo de Investimento Mobiliário Aberto
Data de Constituição: 22 de julho de 2013
Sociedade Gestora: IM Gestão de Ativos - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A.
Banco Depositário: Banco Comercial Português, S.A.
Valor da Carteira em 31 de dezembro de 2023: 10 551 531 Euros

EVOLUÇÃO DE RENDIBILIDADE E RISCO

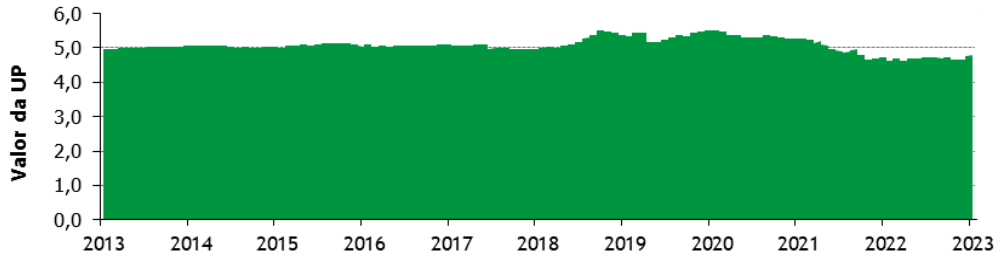
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
IMGA DÍVIDA PÚBLICA EUROPEIA CAT A										
Rendibilidade	2,0%	-1,2%	1,7%	-0,1%	-1,8%	6,8%	3,6%	-4,4%	-12,5%	6,2%
Risco (nível)	1	2	3	2	2	3	4	3	3	3
IMGA DÍVIDA PÚBLICA EUROPEIA CAT R										
Rendibilidade									-12,5%	6,3%
Risco (nível)									3	3

POLÍTICA DE INVESTIMENTO

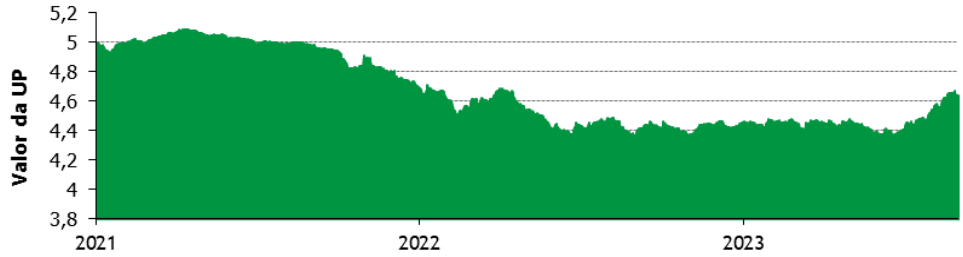
O Fundo tem como objetivo a preservação do capital investido. Tem em vista proporcionar aos participantes uma valorização a médio prazo compatível com o risco associado ao investimento em ativos de taxa fixa, procurando prevenir adequadamente eventuais riscos sistémicos ou específicos dentro da Zona Euro.
O fundo investe predominantemente nos mercados regulamentados dos países da OCDE e deterá, no mínimo, 2/3 do seu valor líquido global investido, direta ou indiretamente, em obrigações, emitidas por entidades privadas ou emitidas/garantidas por entidades públicas ou organismos internacionais. Investe no mínimo 50% do seu valor líquido global, direta ou indiretamente, em obrigações de taxa fixa. O fundo poderá estar totalmente investido em valores mobiliários emitidos pela República Alemã, com um mínimo de 6 emissões diferentes, não podendo cada emissão exceder 30% do valor líquido global. O fundo não investe em ações ordinárias. Não procura exposição preferencial a um país ou setor de atividade. O fundo poderá utilizar instrumentos financeiros derivados para cobertura de riscos e para exposição adicional, sem que da mesma resulte uma exposição ao ativo subjacente superior a 10% do seu valor líquido global. A estratégia de investimento do fundo segue uma gestão ativa, considerando como referência o comportamento do índice Barclays Euro-Aggregate mas podendo a sua composição divergir significativamente da composição deste índice em termos geográficos. Os ativos são selecionados essencialmente considerando o seu potencial de retorno face à qualidade dos emitentes e ao contexto macroeconómico em que se inserem, privilegiando emitentes que adotam as melhores práticas ao nível do Governo, Direitos Humanos e Ambiente e abstendo-se de investir em entidades cuja maioria das receitas sejam provenientes de atividades em setores controversos, nomeadamente jogo, armas controversas, tabaco e carvão térmico.

EVOLUÇÃO DAS COTAÇÕES

Categoria A (Últimos 10 anos civis)



Categoria R (desde início de atividade da categoria)



As rendibilidades divulgadas representam dados passados, não constituindo garantia de rendibilidade futura. As rendibilidades anualizadas divulgadas só seriam obtidas se o investimento fosse efetuado e mantido durante todo o período de referência. Para efeito do apuramento das rendibilidades não são tidas em consideração comissões de subscrição, resgate e transferências, quando aplicáveis, sendo líquidas de todas as outras comissões e encargos.
O nível de risco do Fundo pode variar entre 1 (risco mínimo) e 7 (risco máximo). Um risco mais baixo implica potencialmente uma remuneração mais baixa e um risco mais alto implica potencialmente uma remuneração mais alta. O investimento em fundos pode implicar a perda do capital investido caso o fundo não seja de capital garantido.

EVOLUÇÃO DO NÚMERO UP'S E DO VALOR UNITÁRIO UP

IMGA DÍVIDA PÚBLICA EUROPEIA CAT A	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2023
Nº UP's em circulação	1 988 826,1071	3 324 763,3451	3 012 838,9389	2 417 465,6726	2 149 876,7587
Valor Unitário UP (Euros)	5,3314	5,5218	5,2780	4,6203	4,9071
IMGA DÍVIDA PÚBLICA EUROPEIA CAT R	**31.12.2019**	**31.12.2020**	**31.12.2021**	**31.12.2022**	**31.12.2023**
Nº UP's em circulação			200,4009	423,8246	423,8246
Valor Unitário UP (Euros)			4,9853	4,3643	4,6394

CUSTOS E COMISSÕES

Unidades: milhares €

		2023		2022		2021		2020	
Mercado	**Região**	Volume / Mercado	Custos de transação e Comissões	Volume / Mercado	Custos de transação e Comissões	Volume / Mercado	Custos de transação e Comissões	Volume / Mercado	Custos de transação e Comissões
Mercado Nacional	Portugal	**150**	**0,0**	**483**	**0,0**	**261**	**0,0**	**2 261**	**0,1**
Mercados União Europeia	Alemanha	1 363		2 284		2 211		1 629	
	Austria							164	
	Bélgica	2 125		1 329		565		798	
	Chipre			314		592		258	
	Espanha	2 031		1 741		2 477		2 333	
	França	1 070		1 366		2 674		3 066	
	Irlanda			318		417		440	
	Países Baixos	351		448					
	Itália	2 391		1 741		4 109		4 394	
	Finlândia					509		106	
	Grécia	522		473		764		862	
	Eslovaca (Republica)							224	
	Luxemburgo	99							
	sub-total	**9 952**	**0,7**	**10 014**	**1,2**	**14 320**	**0,9**	**14 273**	**0,4**
Outros Mercados	Chile					393			
	sub-total	**0**	**0,0**	**0**	**0,0**	**393**	**0,0**	**0**	**0,0**
	Total	**10 102**	**0,7**	**10 497**	**1,2**	**14 974**	**0,9**	**16 534**	**0,5**

DEMONSTRAÇÃO DO PATRIMÓNIO

	31.12.2023
Valores mobiliários	9 951 651
Saldos bancários	526 277
Outros ativos	94 125
Total dos ativos	10 572 052
Passivos	20 521
Valor Líquido de Inventário	10 551 531

TÍTULOS EM CARTEIRA

(valores em Euro)

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos valias	Valor da carteira	Juros corridos	SOMA	%
1.VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS							
M.C.O.B.V. Estados Membros UE	10 347 916	219 764	616 029	9 951 651	60 242	10 011 893	100%
TOTAL	**10 347 916**	**219 764**	**616 029**	**9 951 651**	**60 242**	**10 011 893**	**100%**

INDICAÇÃO MOVIMENTOS OCORRIDOS

(valores em Euro)

Rendimentos	
Rendimento do investimento	-
Outros rendimentos	140 365
As mais-valias de investimentos	2 043 465
Custos	
Custos de gestão	(102 262)
Custos de depósito	(5 381)
Outros encargos, taxas e impostos	(15 723)
As menos-valias de investimentos	(1 419 371)
Custos de negociação	(1 500)
Lucro líquido	**639 594**
Lucros distribuídos	**-**
Aumento ou diminuição da conta de capital	
Subscrições	144 050
Resgates	(1 403 218)

VALOR LÍQUIDO GLOBAL E VALOR DA UP

(Valores em Euro)

	IMGA DÍVIDA PÚBLICA EUROPEIA CAT A		IMGA DÍVIDA PÚBLICA EUROPEIA CAT R	
	Valor Líquido Global do Fundo	**Valor Unitário da UP**	**Valor Líquido Global do Fundo**	**Valor Unitário da UP**
31.12.2021	15 901 757	5,2780	999	4,9853
31.12.2022	11 169 256	4,6203	1 850	4,3643
31.12.2023	10 549 565	4,9071	1 966	4,6394

OPERAÇÕES DE COMPRA E VENDA DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

(Valores em Euro)

Descritivo	31.12.2022	Compras	Vendas	+/- Valias	31.12.2023
Operações Cambiais					
Operações Sobre Taxas de Juro	(8 185 000)	-	7 361 440	(7 637)	(823 560)
Operações Sobre Cotações					

Anexos

- Demonstrações Financeiras e Notas Anexas
- Divulgação Periódica ao Abrigo dos Regulamentos SFDR e Taxonomia
- Relatório de Auditoria

Demonstrações Financeiras e Notas Anexas 2023

IMGA Dívida Pública Europeia

ÍNDICE

Balanço.....2

Demonstração de Resultados 5

Demonstração de Fluxos de Caixa 7

Notas às Demonstração Financeiras 10

Balanço

Referente ao período findo em 31 de dezembro de 2023

(valores em Euro) **BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022**

ATIVO

Código	Designação	31-12-2023 Bruto	Mv	mv/P	Líquido	31-12-2022 Líquido
	Outros Ativos					
32	Ativos Fixos Tangíveis das SIM					
33	Ativos Intangíveis das SIM					
	Total de Outros Ativos das SIM					
	Carteira de Títulos					
21	Obrigações	10 347 916	219 764	(616 029)	9 951 651	10 496 607
22	Ações					
23	Outros Títulos de Capital					
24	Unidades de Participação					
25	Direitos					
26	Outros Instrumentos da Dívida					
	Total da Carteira de Títulos	10 347 916	219 764	(616 029)	9 951 651	10 496 607
	Outros Ativos					
31	Outros ativos					
	Total de Outros Ativos					
	Terceiros					
411+...+418	Contas de Devedores	32 148			32 148	268 123
	Total dos Valores a Receber	32 148			32 148	268 123
	Disponibilidades					
11	Caixa					
12	Depósitos à Ordem	376 277			376 277	412 953
13	Depósitos a Prazo e com Pré-aviso	150 000			150 000	
14	Certificados de Depósito					
18	Outros Meios Monetários					
	Total das Disponibilidades	526 277			526 277	412 953
	Acréscimos e diferimentos					
51	Acréscimos de Proveitos	61 976			61 976	23 438
52	Despesas com Custo Diferido					
53	Outros acréscimos e diferimentos	0			0	0
59	Contas transitórias ativas					
	Total do Acréscimos e Diferimentos Ativos	61 976			61 976	23 438
	TOTAL DO ATIVO	10 968 317	219 764	(616 029)	10 572 052	11 201 122
	Total do Número de Unidades de Participação em circulação - Classe A				2 149 877	2 417 466
	Total do Número de Unidades de Participação em circulação - Classe R				424	424

PASSIVO

Código	Designação	Períodos 31-12-2023	31-12-2022
	Capital do OIC		
61	Unidades de Participação	10 751 499	12 089 443
62	Variações Patrimoniais	1 378 520	1 299 744
64	Resultados Transitados	(2 218 081)	(435 662)
65	Resultados Distribuídos		
67	Dividendos Antecipados das SIM		
66	Resultados Líquidos do Período	639 594	(1 782 419)
	Total do Capital do OIC	10 551 531	11 171 106
	Provisões Acumuladas		
481	Provisões para Encargos		
	Total das Provisões Acumuladas		
	Terceiros		
421	Resgates a Pagar a Participantes	7 070	15 643
422	Rendimentos a Pagar a Participantes		
423	Comissões a Pagar	9 558	10 347
424+...+429	Outras contas de Credores	1 740	1 874
43+12	Empréstimos Obtidos		
44	Pessoal		
46	Acionistas		
	Total dos Valores a Pagar	18 369	27 864
	Acréscimos e diferimentos		
55	Acréscimos de Custos	2 153	2 153
56	Receitas com Proveito Diferido		
58	Outros Acréscimos e Diferimentos		
59	Contas transitórias passivas		
	Total do Acréscimos e Diferimentos Passivos	2 153	2 153
	TOTAL DO CAPITAL E PASSIVO	10 572 052	11 201 122
	Valor Unitário da Unidade Participação - Classe A	4.9071	4.6203
	Valor Unitário da Unidade Participação - Classe R	4.6394	4.3643

(valores em Euro) **EXTRAPATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022**

DIREITOS SOBRE TERCEIROS

Código	Designação	Períodos 31-12-2023	31-12-2022
	Operações Cambiais		
911	À vista		
912	A prazo (forwards cambiais)		
913	Swaps cambiais		
914	Opções		
915	Futuros		
	Total		
	Operações Sobre Taxas de Juro		
921	Contratos a prazo (FRA)		
922	Swap de taxa de juro		
923	Contratos de garantia de taxa de juro		
924	Opções		
925	Futuros		
	Total		
	Operações Sobre Cotações		
934	Opções		
935	Futuros		
	Total		
	Compromissos de Terceiros		
942	Operações a prazo (reporte de valores)		
944	Valores cedidos em garantia		
945	Empréstimos de títulos		
	Total		
	TOTAL DOS DIREITOS		
99	*CONTAS DE CONTRAPARTIDA*	823 560	8 185 000

RESPONSABILIDADES PERANTE TERCEIROS

Código	Designação	Períodos 31-12-2023	31-12-2022
	Operações Cambiais		
911	À vista		
912	A prazo (forwards cambiais)		
913	Swaps cambiais		
914	Opções		
915	Futuros		
	Total		
	Operações Sobre Taxas de Juro		
921	Contratos a prazo (FRA)		
922	Swap de taxa de juro		
923	Contratos de garantia de taxa de juro		
924	Opções		
925	Futuros	823 560	8 185 000
	Total	823 560	8 185 000
	Operações Sobre Cotações		
934	Opções		
935	Futuros		
	Total		
	Compromissos Com Terceiros		
941	Subscrição de títulos		
942	Operações a prazo (reporte de valores)		
943	Valores cedidos em garantia		
	Total		
	TOTAL DAS RESPONSABILIDADES	823 560	8 185 000
99	*CONTAS DE CONTRAPARTIDA*		

Demonstração de Resultados

Referente ao período findo em 31 de dezembro de 2023

(valores em Euro) **DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022**

CUSTOS E PERDAS		Períodos	
Código	**Designação**	**31-12-2023**	**31-12-2022**
	Custos e Perdas Correntes		
	Juros e Custos Equiparados		
711+718	De Operações Correntes	0	
719	De Operações Extrapatrimoniais		
	Comissões e Taxas		
722+723	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	1 500	2 030
724+…+728	Outras Operações Correntes	109 343	133 128
729	De Operações Extrapatrimoniais		
	Perdas em Operações Financeiras		
732+733	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	7 145	2 225 428
731+738	Outras Operações Correntes		
739	Em Operações Extrapatrimoniais	1 412 226	2 491 536
	Impostos		
7411+7421	Impostos Sobre o Rendimento de Capitais e Incrementos Patrimoniais		
7412+7422	Impostos Indirectos	9 717	11 747
7418+7428	Outros impostos		
	Provisões do Exercício		
751	Provisões para Encargos		
77	Outros Custos e Perdas Correntes	4 305	4 305
	Total dos Outros Custos e Perdas Correntes (A)	1 544 237	4 868 174
79	Outros custos e perdas das SIM		
	Total dos Outros Custos e Perdas das SIM (C)		
	Custos e Perdas Eventuais		
781	Valores Incobráveis		
782	Perdas Extraordinárias		
783	Perdas Imputáveis a Exercícios Anteriores		
788	Outras Custos e Perdas Eventuais		
	Total dos Custos e Perdas Eventuais (E)		
63	Imposto Sobre o Rendimento do Exercício		
66	**Resultado Líquido do Período (se>0)**	639 594	
	TOTAL	2 183 830	4 868 174

PROVEITOS E GANHOS		Períodos	
Código	**Designação**	**31-12-2023**	**31-12-2022**
	Proveitos e Ganhos Correntes		
	Juros e Proveitos Equiparados		
812+813	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	130 426	75 013
811+814+827+818	De Operações Correntes	7 855	
819	De Operações Extrapatrimoniais		
	Rendimento de Títulos		
822+…+824+825	Na Carteira de Títulos e Outros Ativos		
829	De Operações Extrapatrimoniais		
	Ganhos em Operações Financeiras		
832+833	Na Carteira de Títulos e Outros Ativos	791 579	78 673
831+838	Outras Operações Correntes		
839	Em Operações Extrapatrimoniais	1 251 886	2 932 069
	Reposição e Anulação de Provisões		
851	Provisões para Encargos		
87	Outros Proveitos e Ganhos Correntes	0	
	Total dos Proveitos e Ganhos Correntes (B)	2 181 746	3 085 755
89	Outros Proveitos e Ganhos das SIM		
	Total dos Outros Proveitos e Ganhos das SIM (D)		
	Proveitos e Ganhos Eventuais		
881	Recuperação de Incobráveis		
882	Ganhos Extraordinários	2 084	
883	Ganhos Imputáveis a Exercícios Anteriores		
888	Outros Proveitos e Ganhos Eventuais		
	Total dos Proveitos e Ganhos Eventuais (F)	2 084	
66	**Resultado Líquido do Período (se<0)**		1 782 419
	TOTAL	2 183 830	4 868 174

(8*2/3/4/5)-(7*2/3)	Resultados da Carteira de Títulos e Outros Ativos	913 361	(2 073 772)
8*9 - 7*9	Resultados das Operações Extrapatrimoniais	(160 341)	440 533
B-A	Resultados Correntes	637 509	(1 782 419)

F - E	Resultados Eventuais	2 084	
B+D+F-A-C-E+74X1	Resultados Antes do Imposto s/ Rendimento	649 311	(1 770 672)
B+D-A-C	Resultados Líquidos do Período	639 594	(1 782 419)

Demonstração de Fluxos de Caixa

Referente ao período findo em 31 de dezembro de 2023

(Valores em Euro)

DISCRIMINAÇÃO DOS FLUXOS	31-dez-23		31-dez-22	
OPERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DO OIC				
RECEBIMENTOS:		144 050		204 793
Subscrição de unidades de participação	144 050		204 793	
...				
PAGAMENTOS:		1 411 791		3 233 455
Resgates de unidades de participação	1 411 791		3 233 455	
Rendimentos pagos aos participantes				
...				
Fluxo das operações sobre as unidades do OIC		(1 267 741)		(3 028 661)
OPERAÇÕES COM A CARTEIRA DE TÍTULOS E OUTROS ativos				
RECEBIMENTOS:		6 921 685		7 935 564
Venda de títulos e outros ativos	6 629 855		7 865 989	
Reembolso de títulos e outros ativos	200 000		0	
Resgates de unidades de participação noutros OIC				
Rendimento de títulos e outros ativos				
Vendas de títulos e outros ativos com acordo de recompra				
Juros e proveitos similares recebidos	91 830		69 575	
...				
Outros recebimentos relacionados com a carteira				
PAGAMENTOS:		5 650 917		5 508 871
Compra de títulos e outros ativos	5 649 264		5 506 342	
Subscrições de títulos				
Subscrições de unidades de participação noutros OIC				
Comissões de bolsa suportadas				
Vendas de títulos com acordo de recompra				
Juros e custos similares pagos				
Comissões de corretagem	734		1 160	
Outras taxas e comissões	80		51	
...				
Outros pagamentos relacionados com a carteira	839		1 317	
Fluxo das operações da carteira de títulos e outros ativos		1 270 768		2 426 693
OPERAÇÕES A PRAZO E DE DIVISAS				
RECEBIMENTOS:		3 919 173		8 239 073
Juros e proveitos similares recebidos				
Operações cambiais				
Operações de taxa de juro	1 248 437		2 851 943	
Operações sobre cotações				
Margem inicial em contratos de futuros e opções	534 065		1 008 935	
Comissões em contratos de opções				
Outras comissões				
....				
Outros recebimentos de operações a prazo e de divisas	2 136 670		4 378 195	
PAGAMENTOS:		3 689 332		7 581 692
Juros e custos similares pagos				
Operações cambiais				
Operações de taxa de juro	1 256 074		2 427 431	
Operações sobre cotações				
Margem inicial em contratos de futuros e opções	467 111		876 565	
Comissões em contratos de opções				
....				
Outros pagamentos de operações a prazo e de divisas	1 966 147		4 277 696	
Fluxo das operações a prazo e de divisas		229 841		657 381

(Valores em Euro)

DISCRIMINAÇÃO DOS FLUXOS	31-dez-23		31-dez-22	
OPERAÇÕES DE GESTÃO CORRENTE				
RECEBIMENTOS:		0		0
Cobranças de crédito vencido				
Compras com acordo de revenda				
Juros de depósitos bancários				
Juros de certificados de depósito				
Contração de empréstimos				
Comissões em operações de empréstimo de títulos				
....				
Outros recebimentos correntes				
PAGAMENTOS:		120 016		149 290
Despesas com crédito vencido				
Compras com acordo de revenda				
Juros devedores de depósitos bancários	4		1	
Comissão de gestão	107 075		133 078	
Comissão de depósito	5 634		7 003	
Taxa de supervisão	1 727		2 078	
Impostos e taxas	5 575		7 129	
Reembolso de empréstimos				
....				
Outros pagamentos correntes				
Fluxo das operações de gestão corrente		(120 016)		(149 290)
OPERAÇÕES EVENTUAIS				
RECEBIMENTOS:		472		0
Ganhos extraordinários	472		0	
Ganhos imputáveis a períodos anteriores				
Recuperação de incobráveis				
....				
Outros recebimentos de operações eventuais				
PAGAMENTOS:		0		0
Perdas extraordinárias				
Perdas imputáveis a períodos anteriores				
....				
Outros pagamentos de operações eventuais				
Fluxo das operações eventuais		472		0
SALDO DOS FLUXOS DE CAIXA DO PERÍODO (A)		**113 323**		**(93 877)**
DISPONIBILIDADES NO INÍCIO DO PERÍODO (B)		**412 953**		**506 830**
DISPONIBILIDADES NO FIM DO PERÍODO (C)=(B)+(A)		**526 277**		**412 953**

Notas às Demonstração Financeiras

Referente ao período findo em 31 de dezembro de 2023

Introdução

A constituição do IMGA Dívida Pública Europeia – Fundo de Investimento Mobiliário Aberto (OIC) foi autorizada pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários em 30 de maio de 2013, tendo iniciado a sua atividade em 22 de julho de 2013. É um Organismo de Investimento Coletivo, constituído por tempo indeterminado, e tem como finalidade proporcionar aos seus participantes um nível de rentabilidade a médio prazo compatível com o risco associado ao investimento em ativos de taxa fixa, procurando prevenir adequadamente eventuais riscos sistémicos ou específicos dentro da zona euro.

O OIC é administrado, gerido e representado pela IM Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. (Sociedade Gestora). As funções de banco depositário são exercidas pelo Banco Comercial Português, S.A.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano de Contas dos Organismos de Investimento Coletivo.

As notas cuja numeração se encontra ausente não são aplicáveis, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das Demonstrações Financeiras anexas.

1. CAPITAL DO OIC

O Património do OIC é representado por partes de conteúdo idêntico, sem valor nominal, que se designam unidades de participação, as quais conferem direitos idênticos aos seus detentores.

As unidades de participação são nominativas e adotam a forma escritural. Para efeitos de movimentação, as unidades de participação são fracionadas até à quarta casa decimal. Para efeitos de constituição do OIC, o valor da unidade de participação foi de cinco euros.

O valor da unidade de participação para efeitos de subscrição é o valor da unidade de participação que vier a ser apurado no fecho do dia de pedido, pelo que o mesmo é efetuado a preço desconhecido.

O valor da unidade de participação para efeitos de resgate é o valor da unidade de participação que vier a ser apurado no fecho do dia de pedido, pelo que o mesmo é efetuado a preço desconhecido.

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2023, o movimento ocorrido no capital do OIC foi o seguinte:

(Valores em Euro)

Descrição	31-12-2022	Subscrições		Resgates		Outros	Resultados do Exercício	31-12-2023
		Categoria A	Categoria R	Categoria A	Categoria R			
Valor base	12 089 443	153 801	-	(1 491 745)	-			10 751 499
Diferença p/Valor Base	1 299 744	(9 751)	-	88 527	-			1 378 520
Resultados acumulados	(435 662)					(1 782 419)		(2 218 081)
Resultados do período	(1 782 419)					1 782 419	639 594	639 594
SOMA	11 171 106	144 050	-	(1 403 218)	-	-	639 594	10 551 531
Nº de Unidades participação								
Categoria A	2 417 466	30 760		(298 349)				2 149 877
Categoria R	424		-		-			424
Valor Unidade participação								
Categoria A	4.6203							4.9071
Categoria R	4.3643							4.6394

Em 31 de dezembro de 2023 existiam 1 431 unidades de participação com pedidos de resgate em curso.

O valor líquido global do OIC, o valor de cada unidade de participação e o número de unidades de participação em circulação foram os seguintes:

		Categoria A			Categoria R			Total	
	Data	Valor UP	VLGF	Nº UP em circulação	Valor UP	VLGF	Nº UP em circulação	VLGF	Nº UP em circulação
Ano 2023	31-12-23	4.9071	10 549 565	2 149 877	4.6394	1 966	424	10 551 531	2 150 301
	30-09-23	4.6430	10 303 135	2 219 108	4.3881	1 860	424	10 304 995	2 219 532
	30-06-23	4.7167	10 830 315	2 296 169	4.4571	1 889	424	10 832 204	2 296 593
	31-03-23	4.7014	11 065 059	2 353 615	4.4417	1 882	424	11 066 941	2 354 039
Ano 2022	31-12-22	4.6203	11 169 256	2 417 466	4.3643	1 850	424	11 171 106	2 417 889
	30-09-22	4.6707	11 639 575	2 492 051	4.4159	885	200	11 640 460	2 492 252
	30-06-22	4.8573	12 801 701	2 635 585	4.5894	920	200	12 802 621	2 635 785
	31-03-22	5.0883	14 355 072	2 821 246	4.8049	963	200	14 356 035	2 821 446
Ano 2021	31-12-21	5.2780	15 901 757	3 012 839	4.9853	999	200	15 902 756	3 013 039
	30-09-21	5.3149	16 221 843	3 052 153	5.0208	1 006	200	16 222 849	3 052 354
	30-06-21	5.3005	17 377 180	3 278 417	5.0079	1 004	200	17 378 184	3 278 618
	31-03-21	5.3699	19 184 667	3 572 638	-	-	-	19 184 667	3 572 638

Em 31 de dezembro de 2023, os participantes do OIC podem agrupar-se de acordo com os seguintes escalões:

Escalões	N.º participantes	
	Categoria A	Categoria R
UPs ≥ 25%	-	2
10% ≤ UPs < 25%	-	-
5% ≤ UPs < 10%	-	-
2% ≤ UPs < 5%	2	-
0.5% ≤ UPs < 2%	23	-
UPs < 0.5%	908	-
TOTAL	933	2

2. TRANSAÇÕES DE VALORES MOBILIÁRIOS NO PERÍODO

O volume de transações do exercício de 2023, por tipo de valor mobiliário, aferido pelo preço de realização dos respetivos negócios é o seguinte:

(Valores em Euro)

Descrição	Compra (1)		Vendas (2)		Total (1) + (2)	
	Mercado	Fora Mercado	Mercado	Fora Mercado	Mercado	Fora Mercado
Dívida Pública	4 103 249	-	7 096 577	-	11 199 826	-
Obrigações Diversas	1 574 017	-	300 618	-	1 874 635	-
Contratos de Futuros	74 165	212 140	55 480	206 896	129 646	419 036
Total	5 751 431	212 140	7 452 676	206 896	13 204 107	419 036

Os montantes de subscrições e resgates, bem como os respetivos valores cobrados a título de comissões de subscrição e resgate decompõem-se como se segue:

(Valores em Euro)

Descritivo	Valor (Nota 1)	Comissões
Subscrições	144 050	-
Resgates	1 403 218	-

3. CARTEIRA DE TÍTULOS E DISPONIBILIDADES

Em 31 de dezembro de 2023, esta rubrica tem a seguinte composição:

(valores em Euro)

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos valias	Valor da carteira	Juros corridos	SOMA
1.VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS						
M.C.O.B.V. Estados Membros UE						
-Títulos dívida Pública						
Belgium Kingdom 0% 22/10/31	384 264	-	(53 388)	330 876	-	330 876
BGB 0 1/2 10/22/24	101 353	-	(3 447)	97 906	94	98 000
Bonos Y Oblig Del Estado 0% 31/01/28	149 477	-	(13 941)	135 536	-	135 536
Bonos Y Oblig Del Estado 0.5% 31/10/31	160 110	8 210	-	168 320	167	168 487
Bonos Y Oblig Del Estado 2.55% 31/10/32	370 320	19 700	-	390 020	1 700	391 720
Bonos Y Oblig Del Estado 3.15% 30/04/33	638 483	12 320	-	650 803	13 495	664 298
BTPS 0.95 % 01/12/31	193 315	14 845	-	208 160	195	208 355
BTPS 0.95% 15/09/27	884 527	-	(89 650)	794 878	2 361	797 238
BTPS 3.7% 15/06/30	295 317	12 822	-	308 139	485	308 624
BTPS 4.35% 01/11/33	614 340	21 888	-	636 228	4 279	640 507
BUNDESOBLIGATION 0 10/04/26	289 887	-	(4 380)	285 507	-	285 507
BundesRepublic Deutschland 0% 15/02/30	473 542	-	(72 227)	401 315	-	401 315
BundesRepublic Deutschland 0% 15/08/29	102 015	-	(11 904)	90 111	-	90 111
CCTS EU Float 15/10/30	448 851	-	(5 691)	443 160	4 688	447 848
DBR 1% 15/08/25	642 906	-	(57 318)	585 588	2 262	587 850
ESM TBILL 0% 18/04/24	98 359	549	-	98 908	-	98 908
European Union 0% 04/07/31	258 828	-	(10 020)	248 808	-	248 808
European Union 0% 04/10/28	101 992	-	(12 728)	89 264	-	89 264
European Union 0% 04/11/25	195 838	-	(4 708)	191 130	-	191 130
European Union 2.75% 04/02/33	296 382	7 647	-	304 029	9 132	313 161
FRTR 0% 25/03/25	409 820	-	(23 532)	386 288	-	386 288
FRTR 0% 25/11/30	822 416	-	(138 408)	684 008	-	684 008
Hellenic Republic 4.375% 18/07/38	474 478	47 899	-	522 377	9 425	531 802
Netherlands Government 0% 15/01/27	355 598	-	(4 309)	351 289	-	351 289
SPGB 0% 31/05/25	267 810	-	(8 651)	259 160	-	259 160
SPGB 1% 31/10/50	98 154	-	(41 833)	56 321	167	56 488
SPGB 3.9% 30/07/39	336 641	34 276	-	370 916	5 743	376 659
	9 465 020	180 155	(556 133)	9 089 042	54 193	9 143 235
-Out.Fundos Públicos Equiparados						
European Union 0% 04/10/30	154 555	-	(27 128)	127 427	-	127 427
European Union 0% 07/04/35	116 725	-	(32 768)	83 957	-	83 957
European Union 0.2% 04/06/36	171 445	10 693	-	182 138	287	182 424
European Union 3.125% 04/12/30	247 258	12 140	-	259 398	576	259 974
European Union 3.25% 04/07/34	192 913	16 777	-	209 690	5 186	214 876
	882 896	39 609	(59 896)	862 608	6 049	868 657
TOTAL	**10 347 916**	**219 764**	**(616 029)**	**9 951 651**	**60 242**	**10 011 893**

4. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base nos registos contabilísticos do OIC, mantidos de acordo com o Plano de Contas dos Organismos de Investimento Coletivo, estabelecido pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, e regulamentação complementar emitida por esta entidade, no âmbito das competências que lhe estão atribuídas através do Decreto-Lei nº 27/2023, de 28 de abril, o qual aprova o novo Regime da Gestão de Ativos.

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das Demonstrações Financeiras, foram as seguintes:

ESPECIALIZAÇÃO DE PERÍODOS

O OIC regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de períodos, sendo reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

Os juros de aplicações são registados pelo montante bruto na rubrica "Juros e proveitos equiparados".

CARTEIRA DE TÍTULOS E VALORIZAÇÃO DAS UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO

a) O valor da unidade de participação é calculado diariamente nos dias úteis e determina-se pela divisão do valor líquido global do OIC pelo número de unidades de participação em circulação. O valor líquido global do OIC é apurado deduzindo, à soma dos valores que o integram, o montante de comissões e encargos até ao momento da valorização da carteira.

b) O valor das unidades de participação será calculado às 17.00h, hora portuguesa, sendo este o momento de referência para o cálculo.

c) Os ativos denominados em moeda estrangeira serão valorizados diariamente utilizando o câmbio indicativo divulgado pelo Banco de Portugal e pelo Banco Central Europeu, com exceção para aqueles cujas divisas não se encontrem cotadas. Neste caso utilizar-se-ão os câmbios difundidos ao meio-dia de Lisboa, por entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código dos valores Mobiliários.

d) Contam para efeitos de valorização da unidade de participação para o dia da transação as operações sobre os valores mobiliários e instrumentos derivados transacionadas para o OIC e confirmadas até ao momento de referência. As subscrições e resgates recebidos em cada dia (referentes a pedidos do dia útil anterior) contam, para efeitos de valorização da unidade de participação, para esse mesmo dia.

e) A valorização dos valores mobiliários e instrumentos derivados admitidos à cotação ou negociação em mercados regulamentados será feita com base na última cotação conhecida no momento de referência; não havendo cotação do dia em que se esteja a proceder à valorização, ou não podendo a mesma ser utilizada, designadamente por ser considerada não representativa, tomar-se-á em conta a última cotação de fecho conhecida, desde que a mesma se tenha verificado nos 15 dias anteriores ao dia em que se esteja a proceder à valorização.

f) Tratando-se de valores representativos de dívida admitidos à negociação num mercado regulamentado, caso os preços praticados em mercado não sejam considerados representativos, podem ser considerados para efeitos de avaliação:

   a. As ofertas de compra firmes ou na impossibilidade de obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, com base na informação difundida através de entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código dos valores Mobiliários.

g) Quando a última cotação tenha ocorrido há mais de 15 dias, os valores mobiliários e instrumentos derivados são considerados como não cotados para efeitos de valorização, aplicando-se o disposto na alínea seguinte.

h) A valorização de valores mobiliários e instrumentos derivados não admitidos à cotação ou negociação em mercados regulamentados será feita com base nos seguintes critérios:

   a. As ofertas de compra firmes ou na impossibilidade de obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, com base na informação difundida através de entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código dos valores Mobiliários;

   b. Modelos teóricos de avaliação, que a Sociedade Gestora considere mais apropriados atendendo às características do ativo ou instrumento derivado. A avaliação pode ser efetuada por entidade subcontratada.

i) Os valores representativos de dívida de curto prazo serão avaliados com base no reconhecimento diário do juro inerente à operação.

j) Para efeitos da determinação do custo dos títulos vendidos é utilizado o critério FIFO.

IMPOSTOS

O regime fiscal aplicável aos organismos de investimento coletivo (estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 7/2015, de 13 de janeiro), assenta num método de tributação dos rendimentos "à saída", ou seja, a tributação é essencialmente na esfera dos participantes.

O OIC, ainda assim, encontra-se sujeito à taxa geral de IRC sobre o seu resultado líquido apurado em cada exercício, expurgado, contudo, os rendimentos (e respetivos gastos associados) de capitais, prediais e mais-valias, tal como qualificados para efeitos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (desde que os mesmos não sejam provenientes de entidades com residência ou domicílio em país, território ou região sujeito a um regime fiscal claramente mais favorável constante da lista aprovada por portaria do membro do Governo responsável pela área das finanças, situação em que serão tributados). Não relevam, igualmente, para efeitos de determinação do lucro tributável os rendimentos, incluindo descontos, e gastos relativos a comissões de gestão e outras comissões que revertam para os fundos de investimento mobiliário, bem como os gastos não dedutíveis previstos no artigo 23.º-A do Código do IRC.

No que respeita ao Imposto do Selo, os Fundos são tributados em sede deste imposto sobre o valor líquido global dos seus ativos à taxa de 0,0125%, por trimestre.

Desde 1 de janeiro de 2019, passaram a encontrar-se sujeitas a imposto do selo, à taxa de 4% as comissões de gestão e depósito, suportadas pelo Fundo e as comissões de subscrição e reembolso, suportadas pelos participantes.

5. COMPONENTES DO RESULTADO DO FUNDO

Os componentes do resultado do Fundo (Proveitos) são os seguintes:

(Valores em Euro)

Natureza	Ganhos de Capital			Ganhos de Juros		Rendimento de títulos	Soma
	Mais valias potenciais	Mais valias efectivas	Soma	Juros vencidos e comissões	Juros decorridos		
OPERAÇÕES "À VISTA"							
Obrigações	500 996	290 584	791 579	70 184	60 242	-	130 426
Depósitos	-	-	-	6 120	1 734	-	7 855
OPERAÇÕES A PRAZO							
Cambiais							
Spots	-	3 449	3 449	-	-		-
Taxa de Juro							
Futuros	-	1 248 437	1 248 437	-	-		-
Cotações							
Futuros	-	0	0	-	-		-
TOTAL	500 996	1 542 469	2 043 465	76 305	61 976	-	138 281

Os componentes do resultado do Fundo (Custos) são os seguintes:

(Valores em Euro)

Natureza	Perdas de Capital			Juros e Comissões Suportados		
	Menos valias potenciais	Menos valias efectivas	Soma	Juros vencidos e comissões	Juros decorridos	Soma
OPERAÇÕES "À VISTA"						
Obrigações	-	7 145	7 145	-	-	-
OPERAÇÕES A PRAZO						
Cambiais						
Spots	-	156 153	156 153	-	-	-
Taxa de Juro						
Futuros	-	1 256 074	1 256 074	-	-	-
COMISSÕES						
de Gestão	-	-	-	93 440	8 822	102 262
de Depósito	-	-	-	4 917	464	5 381
de Supervisão	-	-	-	(252)	252	-
de Carteira de títulos	-	-	-	1 500	-	1 500
Outras	-	-	-	1 701	-	1 701
TOTAL	-	1 419 371	1 419 371	101 306	9 538	110 843

9. DISCRIMINAÇÃO DOS IMPOSTOS SOBRE MAIS-VALIAS E RETENÇÕES NA FONTE

À data de 31 de dezembro de 2023 os impostos sobre mais-valias e retenções na fonte têm a seguinte decomposição:

(Valores em Euro)

Descritivo	31-12-2023	31-12-2022
Impostos indiretos:		
Imposto do Selo	9 717	11 747
TOTAL	9 717	11 747

10. RESPONSABILIDADES

A 31 de dezembro de 2023, o OIC tem contratado junto do Millennium BCP uma conta corrente no valor de 100 000€, a qual não se encontra a ser utilizada, constituindo-se assim como uma responsabilidade potencial.

11. EXPOSIÇÃO AO RISCO CAMBIAL

Em 31 de dezembro de 2023, as posições cambiais mantidas pelo OIC podem resumir-se da seguinte forma:

(valores em Euro)

Moedas	À Vista	A Prazo					Posição Global
		Forward	Futuros	Swaps	Opções	Total a prazo	
USD	60 481	-	-	-	-	-	60 481
Contravalor Euro	54 734	-	-	-	-	-	54 734

12. EXPOSIÇÃO AO RISCO DE TAXA DE JURO

Em 31 de dezembro de 2023, os ativos com taxa de juro fixa detidos pelo OIC podem resumir-se da seguinte forma:

(Valores em Euro)

Maturidades	Montante em Carteira (A)	Extrapatrimoniais (B)				Saldo (A)+(B)
		FRA	Swaps (IRS)	Futuros	Opções	
de 0 a 1 ano	196 908	-	-	(823 560)	-	(626 652)
de 1 a 3 anos	1 709 935	-	-	-	-	1 709 935
de 3 a 5 anos	1 373 326	-	-	-	-	1 373 326
de 5 a 7 anos	1 871 458	-	-	-	-	1 871 458
mais de 7 anos	4 412 417	-	-	-	-	4 412 417

14. EXPOSIÇÃO GLOBAL EM INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

O cálculo da exposição em instrumentos financeiros derivados é efetuado através do método dos compromissos, nos termos do artigo 187º do Decreto-Lei nº 27/2023.

15. CUSTOS IMPUTADOS

Os custos imputados ao OIC durante o período findo em 31 de dezembro de 2023 apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euro)

Custos	Categoria A		Categoria R	
	Valor	%VLGF (1)	Valor	%VLGF (1)
Comissão de Gestão Fixa	106 331	0.99%	20	1.09%
Comissão de Depósito	5 596	0.05%	0	0.00%
Taxa de Supervisão	1 547	0.01%	0	0.01%
Custos de Auditoria	4 304	0.04%	1	0.04%
Imposto de selo sobre o valor do OIC	5 369	0.05%	1	0.05%
Outros Custos Correntes	848	0.01%	0	0.01%
TOTAL	**123 996**		**23**	
TAXA DE ENCARGOS CORRENTES	**1.15%**		**1.20%**	

(1) Média relativa ao período de referência

Divulgação Periódica ao Abrigo dos Resultados SFDR e Taxonomia 2023

IMGA Dívida Pública Europeia

Divulgação periódica ao abrigo dos Regulamentos SFDR e Taxonomia

Nome do Produto: **IMGA Dívida Pública Europeia**
Identificador de entidade jurídica (Código LEI): **549300YD2MDOGUDXAC72**
Código do fundo (CMVM): **1398**

Características ambientais e/ou sociais

Por "Investimento Sustentável" deve entender-se um investimento numa atividade económica que contribui para um objetivo ambiental ou social, desde que esse investimento não prejudique significativamente nenhum objetivo ambiental ou social e as empresas beneficiárias do investimento respeitem práticas de boa governação.

A **taxonomia da UE** é um Sistema de classificação previsto no Regulamento (UE) 2020/852, que **estabelece uma lista de atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental.** O referido regulamento não inclui uma lista de atividades económicas socialmente sustentáveis. Os investimentos sustentáveis com um objetivo ambiental podem estar harmonizados ou não com a taxonomia.

Este produto financeiro tem um objetivo de investimento sustentável?

☐ **Sim**	☒ **Não**
☐ Realizou **investimentos sustentáveis com objetivo ambiental: ___%**	☒ **Promoveu características ambientais/sociais (A/S)** e, apesar de não ter como objetivo a realização de um investimento sustentável, consagrou uma percentagem mínima de 1% a investimentos sustentáveis
☐ em atividades económicas qualificadas como sustentáveis do ponto de vista ambiental ao abrigo da taxonomia da UE	☐ com um objetivo ambiental em atividades económicas qualificadas como sustentáveis do ponto de vista ambiental ao abrigo da taxonomia da UE
☐ em atividades económicas que não são qualificadas como sustentáveis do ponto de vista ambiental ao abrigo da taxonomia da UE	☒ em atividades económicas que não são qualificadas como sustentáveis do ponto de vista ambiental ao abrigo da taxonomia da UE
	☒ com um objetivo social
☐ Realizou **investimentos sustentáveis com objetivo social: ___%**	☐ Promoveu características (A/S), mas **não realizou quaisquer investimentos sustentáveis**

Em que medida foram alcançadas as características ambientais e/ou sociais promovidas por este produto financeiro?

A IMGA, na gestão do Fundo, tem em conta critérios financeiros e de sustentabilidade de forma a integrar critérios ambientais, sociais e de boa governação nos seus investimentos. Para este efeito recorre a análises e classificações de rating ESG de fornecedores externos independentes.

A notação de rating ESG médio para a composição deste Fundo no final de 2023 corresponde a um nível de **Risco Baixo**, sendo que 71% apresentavam risco baixo ou negligenciável e 28% apresentavam risco médio, não existindo qualquer investimento em ativos considerados com risco alto ou severo.

No âmbito da sustentabilidade ambiental este produto pretende promover características ambientais investido em entidades governamentais cujo risco de impacto negativo na mitigação e adaptação às mudanças climáticas seja reduzido. Cerca de 43% das entidades governamentais em que o Fundo investe apresentam risco baixo ao nível dos indicadores de sustentabilidade ambiental, sendo que 50% apresenta risco médio.

No âmbito da sustentabilidade social são tidos em conta as entidades governamentais que apresentem classificações favoráveis ao nível dos indicadores sociais, como o respeito pelos direitos

humanos, com foco nas medidas tomadas para proteger os direitos civis e políticos, bem como os direitos económicos, sociais e culturais, incluindo trabalho infantil e forçado. Inclui ainda questões como a gestão da liberdade sindical e não discriminação, bem como jornada de trabalho e salário mínimo. Inclui também a gestão dos riscos relacionados com corrupção. Cerca de 47% das entidades em que o fundo investe apresentam risco baixo ao nível dos indicadores sociais, 19% risco médio e 28% risco alto.

Qual foi o desempenho dos indicadores de sustentabilidade?

No quadro abaixo é apresentada a distribuição dos ativos do fundo por nível de rating ESG com a discriminação da classificação ao nível da sustentabilidade ambiental, sustentabilidade social e governação.

Governos	Notação de Rating ESG: Risco Baixo						
	Rating ESG	**Sustentabilidade Ambiental**	**Sustentabilidade Social**	**Governação**	**% Ativos**	**Promoção Características A/S**	**Sustentáveis**
	Risco Negligenciável	Risco Baixo	Risco Baixo	Risco Negligenciável	29,1%	29,09%	29,09%
	Risco Baixo	Risco Baixo	Risco Baixo	Risco Negligenciável	14,2%	36,92%	36,92%
		Risco Médio	Risco Baixo	Risco Negligenciável	3,3%		
		Risco Médio	Risco Médio	Risco Negligenciável	19,4%		
	Risco Médio	Risco Médio	Risco Alto	Risco Negligenciável	22,7%	0,00%	0,00%
		Risco Médio	Risco Alto	Risco Baixo	5,0%		
	% Ativos do Fundo				93,8%	66,0%	66,0%

A notação de rating ESG de "**Risco Baixo**" resulta em cerca de 66% de ativos considerados alinhados com características A/S e sustentáveis. De notar apenas são elegíveis para serem considerados como sustentáveis os países cuja notação de rating ESG reflita um risco negligenciável ou baixo, podendo os ativos que apresentem notação "média" ser considerados como alinhados com características A/S, caso não apresentem uma notação de risco alto ou superior nas métricas sociais. É dada especial atenção às métricas de governação, obrigando a que os investimentos sustentáveis e/ou alinhados com características A/S tenham risco negligenciável ou baixo nesta componente.

De referir ainda a existência de depósitos junto de instituições financeiras consideradas sustentáveis num montante correspondente a 3,6% dos ativos do fundo.

Os **indicadores de sustentabilidade** medem a forma como são realizadas as características ambientais ou sociais promovidas pelo produto financeiro.

… e em relação a períodos anteriores?

O Fundo manteve um perfil de risco ESG em linha com o período anterior.

Rating ESG	2022	2023
Risco Negligenciável	28,4%	29,1%
Risco Baixo	41,3%	41,4%
Risco Médio	30,3%	27,8%
Risco Alto	0,0%	0,0%
Risco Severo	0,0%	0,0%
Total	**100,0%**	**98,3%**

Ao nível da percentagem de ativos com objetivo de promoção de características ambientais ou sociais verificou-se uma ligeira diminuição no ano com o investimento numa entidade governamental que não cumpre os critérios necessários ao nível dos indicadores socais.

		2022			2023		
	Rating ESG	% Ativos	Promoção Características A/S	Sustentáveis	% Ativos	Promoção Características A/S	Sustentáveis
Governos	**Risco Negligenciável**	28,4%	28,4%	28,4%	29,1%	29,1%	29,1%
	Risco Baixo	41,3%	41,3%	41,3%	36,9%	36,9%	36,9%
	Risco Médio	24,2%	4,3%	0,0%	27,8%	0,0%	0,0%
	Total	93,9%	74,1%	69,7%	93,8%	66,0%	66,0%

Quais foram os objetivos de investimento sustentáveis que o produto financeiro alcançou em parte e de que forma o investimento sustentável contribuiu para esses objetivos?

Ver resposta ao ponto anterior relativa à questão sobre o desempenho dos indicadores de sustentabilidade.

Por que razão é que os investimentos sustentáveis que o produto financeiro realizou em parte não prejudicaram significativamente qualquer objetivo de investimento sustentável em termos ambientais ou sociais?

Os **principais impactos negativos** devem entender-se os impactos negativos mais significativos das decisões de investimento sobre os fatores de sustentabilidade nos domínios das questões sociais e laborais, do respeito dos direitos humanos e da luta contra a corrupção e o suborno.

Apenas são considerados como sustentáveis emitentes com notações de rating ESG favoráveis e, que de acordo com a metodologia de análise dos fornecedores externos de research ESG, que incorporam objetivos em termos de sustentabilidade quer ambiental como social, não prejudicaram significativamente qualquer objetivo de investimento sustentável. Para além disso, os investimentos considerados como sustentáveis cumprem diretrizes e princípios globais de sustentabilidade, nomeadamente ao nível dos direitos humanos, práticas laborais, proteção do ambiente e combate à corrupção.

Como foram tidos em conta os indicadores de impactos negativos nos fatores de sustentabilidade?

Estão incorporados na análise dos indicadores de sustentabilidade, dos quais resulta a notação de rating ESG, diversos indicadores de impactos negativos, relativamente a cada setor em que as empresas emitentes se inserem e a fatores intrínsecos ao próprio emitente. O modelo de atribuição de rating, na sua componente quantitativa, considera diversos indicadores de impactos negativos para identificação dos critérios ESG mais relevantes para cada indústria, tais como emissões de gases com efeitos de estufa categorias 1, 2 e 3, consumo de água, etc. A materialidade destes indicadores em cada setor de atividade é determinada com base em research, incluindo informação obtida através do SASB (Sustainability Accounting Standards Board) e do PRI (United Nations – Principles for Responsible Investment). Relativamente à dívida soberana, onde este Fundo está maioritariamente investido, é dada especial atenção a métricas sociais e governamentais.

Os investimentos sustentáveis foram alinhados com as Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais e os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos? Informações pormenorizadas:

O alinhamento com estas diretrizes são uma componente essencial para a atribuição das notações de rating a cada país, não sendo uma notação de risco negligenciável, baixo ou médio congruente com situações de não cumprimento das Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais e os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos Apenas são considerados como sustentáveis os investimentos em emitentes que não apresentem situações de incumprimento relativo a qualquer uma das Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais ou dos Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos.

A taxonomia da UE estabelece um princípio de «não prejudicar significativamente», segundo o qual os investimentos alinhados com a taxonomia não devem prejudicar significativamente os objetivos da taxonomia da UE, sendo acompanhada de critérios específicos da UE.

O princípio de «não prejudicar significativamente» aplica-se apenas aos investimentos subjacentes ao produto financeiro que tenham em conta os critérios da UE aplicáveis às atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental. Os investimentos subjacentes à restante parte deste produto financeiro não têm em conta os critérios da UE aplicáveis às atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental.

Quaisquer outros investimentos sustentáveis também não devem prejudicar significativamente quaisquer objetivos ambientais ou sociais.

De que modo este produto financeiro teve em conta os principais impactos negativos nos fatores de sustentabilidade?

A análise dos principais impactos negativos nos fatores de sustentabilidade, entre outros, está incorporada na notação de rating ESG atribuída a cada país.

Quais foram os principais investimentos deste produto financeiro?

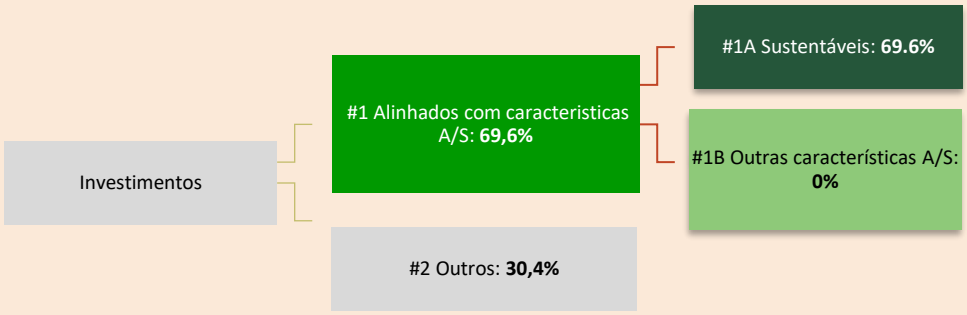
A lista inclui os investimentos que constituem **a maior parte dos investimentos** assegurados pelo produto financeiro durante o período de referência, a saber: 31/12/2022 a 31/12/2023

Investimentos mais avultados	Setor	% de ativos	País
BTPS 0.95% 15/09/27	*Government*	7,54%	Itália
FRTR 0% 25/11/30	*Government*	6,47%	França
Bonos Y Oblig Del Estado 3.15% 30/04/33	*Government*	6,28%	Espanha
BTPS 4.35% 01/11/33	*Government*	6,06%	Itália
DBR 1% 15/08/25	*Government*	5,56%	Alemanha
Hellenic Republic 4.375% 18/07/38	*Government*	5,03%	Grácia
CCTS EU Float 15/10/30	*Government*	4,24%	Itália
BundesRepublic Deutschland 0% 15/02/30	*Government*	3,80%	Alemanha
Bonos Y Oblig Del Estado 2.55% 31/10/32	*Government*	3,71%	Espanha
FRTR 0% 25/03/25	*Government*	3,65%	França

Qual foi a proporção de investimentos relacionados com a sustentabilidade?

Qual foi a alocação dos ativos?

A **alocação dos ativos** descreve a percentagem dos investimentos em ativos específicos.



#1 Alinhados com características A/S inclui os investimentos do produto financeiro utilizados para alcançar as características ambientais ou sociais promovidas pelo produto financeiro.
#2 Outros inclui os restantes investimentos do produto financeiro, não alinhados com características ambientais ou sociais nem qualificados como investimentos sustentáveis.

A categoria **#1 Alinhados com características A/S** abrange:
- A subcategoria **#1A Sustentáveis** abrange os investimentos sustentáveis com objetivos ambientais ou sociais.
- A subcategoria **#1B Outras características A/S** abrange os investimentos alinhados com características ambientais ou sociais que não são qualificados como investimentos sustentáveis.

Valores em percentagem do ativo do Fundo

Em que setores económicos foram realizados investimentos?

Setor	Subsetor	% Ativo
Government	Sovereign	93,77%
Banks	*Development Banks*	0,94%
Liquidez	Depósito à Ordem	3,86%
	Depósito a Prazo	1,44%

Para cumprir a taxonomia da EU, os critérios aplicáveis ao **gás fóssil** incluem limitações das emissões e a transição para energias plenamente renováveis ou combustíveis hipocarbónicos até ao final de 2035. No que respeita à **energia nuclear**, os critérios incluem normas exaustivas em matéria de segurança e de gestão de resíduos.

As **atividades capacitantes** permitem diretamente a outras atividades contribuir de forma substancial para um objetivo ambiental.

As **atividades de transição** são atividades para as quais ainda não existem alternativas hipocarbónicas e que, entre outras, apresentam níveis de emissões de gases com efeito de estufa que correspondem ao melhor desempenho.

Em que medida estiveram os investimentos sustentáveis com um objetivo ambiental alinhados com a taxonomia da UE?

O produto financeiro investiu em atividades relacionadas com o gás fóssil e/ou a energia nuclear que cumpriam a taxonomia da UE[1]?

☐ Sim:

☐ Gás fóssil ☐ Energia nuclear

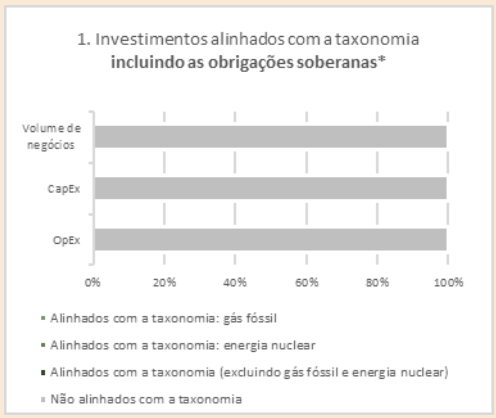
☒ Não

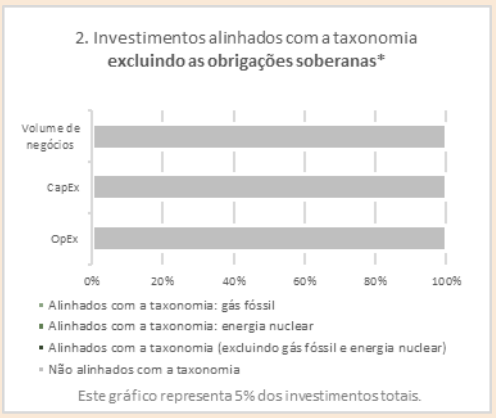
[1] As atividades relacionadas com o gás fóssil e/ou nuclear só respeitarão a taxonomia da EU se contribuírem para limitar as alterações climáticas ("mitigação das alterações climáticas") e não prejudicarem significativamente qualquer objetivo da taxonomia EU – ver nota explicativa na margem esquerda. Todos os critérios aplicáveis às atividades económicas nos domínios do gás fóssil e da energia nuclear que cumprem a taxonomia da EU são definidos no Regulamento Delegado (EU) 2022/1214 da Comissão.

As atividades alinhadas pela taxonomia são expressas em percentagem do seguinte:

- **Volume de negócios**, refletindo a percentagem das receitas provenientes das atividades ecológicas das sociedades beneficiárias do investimento;
- **Despesas de capital** (CapEx), demostrando os investimentos ecológicos realizados pelas empresas beneficiárias do investimento, por ex. com vista à transição para uma economia verde;
- **Despesas operacionais** (OpEx), refletindo as atividades operacionais ecológicas das empresas beneficiárias do investimento.

Quando aplicável, os dois gráficos que se seguem mostram, a verde, a percentagem mínima de investimentos que foram alinhados com a taxonomia da UE. Uma vez que não existe uma metodologia adequada para determinar o alinhamento pela taxonomia das obrigações soberanas*, o primeiro gráfico mostra o alinhamento com a taxonomia a respeito de todos os investimentos do produto financeiro, incluindo as obrigações soberanas, enquanto o segundo apresenta o alinhamento pela taxonomia apenas em relação aos investimentos do produto financeiro que não sejam obrigações soberanas.





**** Para efeitos destes gráficos, as «obrigações soberanas» devem entender-se todas as exposições soberanas.***

Qual foi a percentagem de investimentos em atividades de transição e capacitantes?

Dada a ausência de informação fornecida pelos governos e instituições soberanas, não dispomos de dados suficientes que nos permitam concluir qual a percentagem de investimentos alinhados com a taxonomia da UE e qual a percentagem de investimento em atividades de transição e capacitantes.

São investimentos sustentáveis com um objetivo ambiental que não têm em conta os critérios aplicáveis as atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental nos termos do Regulamento (EU) 2020/852.

Comparar a percentagem de investimentos alinhados com a taxonomia da EU com os investimentos realizados em períodos de referência anteriores?

Conforme referido na questão anterior não existem dados que nos permitam fazer esta comparação.

Qual foi a percentagem de investimentos sustentáveis com um objetivo ambiental não alinhados com a taxonomia da UE?

Conforme disposto no gráfico acima, onde é apresentada a alocação de ativos, da totalidade de investimentos considerados sustentáveis (69,9%), 43,3% foram considerados sustentáveis com um objetivo ambiental não alinhados com a taxonomia da EU.

Qual foi a percentagem de investimentos sustentáveis do ponto de vista social?

Conforme disposto no gráfico acima, onde é apresentada a alocação de ativos, 69,9% dos investimentos do Fundo são considerados investimentos sustentáveis com objetivos ambientais ou sociais. Destes 46,6% são considerados sustentáveis do ponto de vista social.

Que investimentos foram incluídos na categoria «Outros», qual foi a sua finalidade, e foram aplicadas salvaguardas mínimas em matéria ambiental ou social?

Os investimentos na categoria "Outros" incluem depósitos e títulos de dívida de países não qualificadas como alinhadas com características A/S ou sem dados disponíveis que permitam a sua avaliação em termos ESG. Estes investimentos têm como finalidade a diversificação da carteira de ativos. Não incluídos nesta percentagem, por se tratar de extrapatrimoniais, estão os derivados de taxa de juro, utilizados para gestão da duração do fundo e, consequentemente, exposição ao risco de subida da taxa de juro.

A verificação do cumprimento das salvaguardas mínimas está presente na metodologia da sociedade gestora para avaliação de cada entidade. Esta monitorização é tida em conta aquando da avaliação ao nível do rating ESG, que inclui para além do comportamento de diversos indicadores ambientais e sociais, uma análise ao governo de cada entidade. É ainda verificado o cumprimento das normas e princípios internacionais, nomeadamente as Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais e os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos e os princípios do UN Global Compact. Para além disso estão excluídas do universo de investimento entidades que tenham a maioria das suas receitas dependentes de negócios específicos como Jogo, Armamento Pessoal e Tabaco. Neste sentido, não foram detetadas situações de *non-compliance* com os princípio e normas internacionais, nomeadamente com o UN Global Compact, com as Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais e com os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos.

Que medidas foram tomadas para alcançar as características ambientais e/ou sociais durante o período de referência?

Durante o último ano, o Fundo procurou incrementar o seu nível de investimento em empresas de emitentes com notações de rating ESG favoráveis, de forma a melhorar o nível de rating ESG Global do Fundo.

Não foram ainda realizados quaisquer investimentos em setores considerados controversos, nomeadamente em empresas que tenham a maioria das suas receitas dependentes de negócios específicos, nomeadamente Jogo, Armamento Pessoal e Tabaco.

Relatório de Auditoria 2023

IMGA Dívida Pública Europeia

mazars

Relatório de auditoria

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do IMGA Dívida Pública Europeia - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto (o «OIC») sob gestão da IM Gestão de Ativos, Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A., que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 10 572 052 euros e um total de capital do OIC de 10 551 531 euros, incluindo um resultado líquido de 639 594 euros), a Demonstração de resultados, e a Demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as Notas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do IMGA Dívida Pública Europeia - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto, gerido pela IM Gestão de Ativos, Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os Organismos de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes do OIC nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão da Entidade Gestora é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do OIC de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os Organismos de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários;
- elaboração do Relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

- avaliação da capacidade do OIC de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização da Entidade Gestora é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do OIC.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade Gestora do OIC;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão da Entidade Gestora do OIC;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão da Entidade Gestora do OIC, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do OIC para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o OIC descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e

- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização da Entidade Gestora do OIC, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de gestão com as demonstrações financeiras e a pronúncia sobre a matéria prevista no n.º 5 do artigo 27º do Regulamento da CMVM n.º 7/2023, que concretiza o Regime de Ativos.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o Relatório de gestão

Em nossa opinião, o Relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o OIC, não identificámos incorreções materiais.

Sobre a matéria prevista no n.º 5 do artigo 27º do Regulamento da CMVM n.º 7/2023, que concretiza o Regime da Gestão de Ativos

Nos termos do n.º 5 do artigo 27.º do Regulamento da CMVM n.º 7/2023, que concretiza o Regime de Gestão de Ativos, devemos pronunciar-nos sobre o cumprimento dos critérios e pressupostos de avaliação dos ativos que integram o património do OIC.

Sobre a matéria indicada não identificámos situações materiais a relatar.

Lisboa, 29 de abril de 2024

Mazars & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
Representada por Pedro Miguel Pires de Jesus (Revisor Oficial de Contas nº 1930 e registado na CMVM com nº 20190019)